

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JÚNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAÚJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMÍLIO CARAZZAI	ARENA
ERONDI SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HÉLIO MANFRINATO	ARENA
IGO LOSSO	MDB
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes;
1.º VICE-PRESIDENTE — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB)
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

- TITULARES**
Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

- Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

- TITULARES**
Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

- Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

- TITULARES**
Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Léllo Guimarães Sotto Ma'or.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condiçionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 171.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 7 de Novembro de 1972 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Muggiati Filho, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Basílio Zanusso.

Às 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacchi — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (14).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 78/72, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 37/71, de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, concede pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ancião Paulino Ferreira Borges. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 8, quarta-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 79/72.
Levanta-se a Sessão.

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 172.ª Sessão Ordinária Realizada em 7 de Novembro de 1972 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Srs. Deputados Quielise Crisóstomo e Arthur de Souza.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes — Antônio Costa — Nelson Buffara — Ivo Tomazoni — Quielise Crisóstomo — Domicio Scaramella — Rosário Pitelli — Aguiinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacchi — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Losso — João Fadel — João Mansur — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Muggiati Filho — Nivaldo Krüger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (33); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Emílio Carazzai — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 58/72
Senhor Presidente.

Curitiba, 1.º de novembro de 1972

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a oferecer as quotas do imposto único sobre energia elétrica, que couberem ao Estado, em garantia das obrigações que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL assumirá, até o limite de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros) em operação de empréstimo destinada à obtenção dos recursos necessários à aquisição do controle acionário e ao atendimento dos ônus decorrentes da incorporação da Companhia Força e Luz do Paraná.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º SGD—C/2251/72, de 26-10-72, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, cujos termos ratifico, diz, com os necessários detalhes, sobre a oportunidade, significação e alto interesse público na aprovação da medida ora submetida a essa Augusta Assembleia Legislativa.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer as quotas do imposto único sobre energia elétrica, que couberem ao Estado, em garantia das

obrigações que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL assumirá, até o limite de Cr\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de cruzeiros), em operação de empréstimo destinada à obtenção dos recursos necessários à aquisição do controle acionário e ao atendimento dos ônus decorrentes da incorporação da Companhia Força e Luz do Paraná.

Parágrafo Único. As quotas do imposto único a que se refere este artigo serão aos correspondentes a tantos exercícios financeiros quantos forem os anos em que se distribuírem as obrigações a serem garantidas.

Art. 2.º. Fica o Poder Executivo, em condições idênticas às previstas no artigo anterior, autorizado a oferecer as mesmas quotas do imposto único sobre energia elétrica em garantia dos saldos das dívidas em moeda nacional da Companhia Força e Luz do Paraná, que forem transferidos à COPEL em decorrência da aquisição do controle acionário e incorporação, até o limite de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

Art. 3.º. É ainda autorizado o Poder Executivo prestar a garantia do Tesouro do Estado à parcela das obrigações referidas nos arts. 1.º e 2.º, eventualmente não coberta pelas quotas do imposto único sobre energia elétrica.

Art. 4.º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a garantia do Tesouro Estadual em substituição à que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS tiver prestado, quanto aos saldos das dívidas da Companhia Força e Luz do Paraná, em moeda estrangeira, que serão transferidos à COPEL, até o limite equivalente a Cr\$ 70.685.764,00 (setenta milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e sessenta e quatro cruzeiros), reajustável em função das taxas cambiais oficiais, até a liquidação final das referidas obrigações.

Art. 5.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA — COPEL

N/Ref. SGD—C/2251/72

Curitiba, 26. out. 1972

Exmo. Sr.

Dr. Pedro Viriato Parigot de Souza

DD. Governador do Estado do Paraná

Palácio Iguaçu

NESTA

Senhor Governador:

Proseguindo nas gestões para a aquisição, pela COPEL, do controle acionário e posterior incorporação da Companhia Força e Luz do Paraná, temos a honra de solicitar a Vossa Excelência a efetivação das medidas que, na conformidade das negociações, competem, a seguir, ao Executivo Estadual.

O preço de aquisição do controle acionário da CFLP, a ser pago à vista, será a importância equivalente à parcela do patrimônio líquido daquela Empresa correspondente às ações de que é titular a ELETROBRAS, na conformidade do balanço realizado em 30 de junho de 1972, caso a operação se realize no presente exercício. Tal valor é da ordem de Cr\$ 120.808.040,48 (cento e vinte milhões, oitocentos e oito mil, quarenta cruzeiros e quarenta e oito centavos), tendo, entretanto, ficado convencionado que serão levadas em conta as mutações patrimoniais que eventualmente se verificarem até a data da efetiva transferência das ações.

Os recursos de que a COPEL necessitará para fazer face aos ônus da transação serão obtidos da própria ELETROBRAS, mediante contrato de mútuo, cujo crédito sujeito a juros e demais condições usuais em contratos daquela Empresa, será resgatável no prazo de 20 (vinte) anos, não sujeito, porém, a comissão de abertura e taxa de fiscalização. O valor de tal empréstimo compreenderá, igualmente, a importância necessária ao atendimento das obrigações trabalhistas resultantes do eventual não aproveitamento de pessoal daquela Companhia pela COPEL.

Como sabe Vossa Excelência, ficou entendido que o Estado do Paraná autorizaria a COPEL a dar as quotas de imposto único sobre energia elétrica que couberem ao Estado, em garantia das obrigações oriundas do mencionado empréstimo.

Quanto aos saldos das dívidas da CFLP, que serão transferidos à COPEL em decorrência da incorporação resultou das negociações a seguinte orientação: a) o Estado substituiria a ELETROBRAS em relação às obrigações em moeda estrangeira a que esta houvesse garantido, o que montava em 30 de junho de 1972 a Cr\$ 70.685.764,00, os quais serão reajustados até a final liquidação das obrigações, na medida da variação oficial das taxas cambiais; b) o Estado autorizaria igualmente a COPEL a dar as quotas do imposto único sobre energia elétrica que lhe couberem em garantia dos saldos das obrigações em moeda nacional, e prestaria, direta ou indiretamente, sua garantia em relação à parcela destas dívidas, e das resultantes do mútuo, eventualmente não coberta pelas quotas do imposto único.

Em tais condições tornar-se-ia necessária, de parte de Vossa Excelência, a iniciativa de lei em que sejam autorizadas essas providências, de maneira a tornar-se possível a transação pela forma prevista. Para esse efeito, permitto-nos elaborar a minuta que vai em anexo (I), que submetemos a sua elevada apreciação.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência as expressões do nosso mais alto apreço.

Atenciosamente.

a) ARTURO ANDREOLI

Diretor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 198/72.

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 167/72.

— de autoria do Senhor Deputado João Mansur, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 138/72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, de conformidade com os artigos 10, III, da Constituição Estadual, e 194, parágrafo 3.º, do Regimento Interno, solicita a V. Exa., mediante deliberação da Mesa, se digne ordenar que lhe sejam abonadas, para todos os fins de direito, as 4 (quatro) faltas a que se viu obrigado, no período de 09 a 27 de outubro de 1.972, em razão dos encargos que se acumulam em funções e o desgaste físico a que se submeteu em viagens pelo interior.

Por ser de justiça,

P. Deferimento

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 1.972

(a) — Muggiati Filho

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente Srs. Deputados.

Parece estranhável que um Deputado traga à Tribuna da Assembléia Legislativa um assunto que diz respeito a futebol. Mas o futebol incorporou-se no cotidiano brasileiro; o futebol é um caso nacional; o futebol pode até derubar um Governo. Por isso é natural que sensibilize também a área parlamentar.

Domingo o curitibano e todo o Paraná assistiu a um grande espetáculo futebolístico, que foi a partida travada e válida para o campeonato nacional, entre o Corinthians Paulista e o Coritiba Futebol Clube.

A Capital, que vinha presenciando rendas, no campeonato nacional, na ordem de 120 a 150 mil cruzeiros verificou que no domingo a renda chegou quase à casa dos 400 mil cruzeiros. Por que? Porque o Corinthians é um clube popular? Não, absolutamente. A renda chegou quase à casa dos 400 mil cruzeiros, porque a torcida curitibana prestigiu em massa o espetáculo e porque da equipe do Corinthians fazia parte um jogador muito popular, que pertenceu à equipe do Atlético.

O Colorado, que tem uma imensa torcida fez a preliminar enfrentando uma equipe de futebol catarinense. E a torcida do Coritiba que tem o seu quadro muito justamente incluído no campeonato nacional — um dos grandes times do futebol brasileiro, hoje em qualidade, também estava lá para prestigiar. E mais ainda, estava presente a torcida do Atlético, para prestigiar o seu ídolo, que era o jogador Sicupira. A torcida do Colorado, também lá estava para assistir ao jogo preliminar de sua equipe e a grande torcida do Pinheiros, também foi ao campo solidária com seus co-irmãos.

Então, o que se verificou foi que a arrecadação subiu assustadoramente. Sabemos que o Campeonato Nacional é financiado em parte com o dinheiro do povo. E idéia do Sr. Presidente da República fazer com que o Campeonato Nacional seja o campeonato de integração nacional. Razão porque o sr. Ministro de Educação exigiu da CBD que todos os Estados brasileiros fossem representados no referido campeonato. Tanto é desejo do Governo que este Campeonato seja de integração, que o Governo vem contribuindo com o dinheiro do povo para o sucesso deste Campeonato. Todos sabem que a loteria esportiva paga a incomoção dos clubes de Capital a Capital. E ainda era pretensão da CBD que as estádios também fossem pagas pelo Governo. Este ano não foi possível, mas temos certeza de que o ano que vem o Governo vai aquiescer dado o sucesso do Campeonato.

Mas, se por um lado tem sido um sucesso, por outro lado está trazendo grande mal, porque o Campeonato Nacional vai liquidar definitivamente com o Campeonato Regional. Porque aqueles clubes que não têm a felicidade de ser incluídos no Campeonato Nacional, vão vegetar, ficando com as suas atividades paralisadas por 8 meses 2/3 do ano, mas têm que manter o seu plantel. Então, o Campeonato Nacional vai ser a ruína dos outros times que dele não participarem e vai acabar, de uma vez por todas, com os campeonatos regionais.

Então, ao invés de ser um bem para o futebol brasileiro, vai se constituir numa calamidade. E os Senhores vão ver que dentro de 2 ou 3 anos, — os que estão escutando minhas palavras vão ver que tenho razão — não haverá mais interesse dos clubes.

Não é possível mais que o Governo não se responsabilize por esse problema que é nacional. O futebol é o divertimento do povo, é o esporte popular capaz até de derrubar um Governo. O Presidente Médici, apesar de seus grandes problemas em favor do progresso nacional, apesar de ser um homem da revolução apesar de ser o cabeça de um sistema que vem governando a Pátria desde 64, somente alcançou a real popularidade, somente foi se tornando ídolo perante o povo brasileiro, por ocasião do Campeonato Mundial de 1970 quando o Brasil, graças as medidas governamentais e o incentivo pessoal do Presidente Médici é que conseguiu a suprema consagração que uma equipe pode almejar, sagrando-se Tri-Campeã Mundial nos gramados mexicanos.

Então, sabemos que o futebol é um assunto muito sério. Não é possível que o Governo continue ignorando os malefícios que o Campeonato Nacional traz aos Campeonatos Regionais. Portanto, justifica-se que esta Assembléia sensibilize-se perante o problema, que procure cada um dar a sua contribuição. Pode ser que não seja a contribuição desejada, mas que poderá ser uma colaboração ao Ministro da Educação e aos homens da CBD. Aliás, na CBD não acredito muito porque ali existe política ali existem paixões regionais, ali existe paixão clubística e não acredito que a CBD possa se sensibilizar pelo problema. Sabemos que a CBD, há muito tempo, não vê renovados os seus quadros diretivos e que se instituiu ali um condomínio. Os Srs. João Havelange e Antonio do Passo vêm se reelegendo sucessivamente e sabemos, perfeitamente, como a Comissão de Deputados desta Casa que foi tentar junto ao Sr. Antonio do Passo a inclusão de mais um Clube do Paraná no Campeonato Nacional, foi recebida. Foi muito mal recebida, é um cidadão mal educado, não tem consideração com ninguém e soube simplesmente dizer que não admitia interferência política na CBD. Não era interferência política, os Deputados foram em Comissão levar um apelo do próprio povo paranaense pois era justo que se visse mais um Clube do Paraná incluído no Campeonato Nacional.

Então, acho que cada opinião, cada sugestão que se dê ao Ministro da Educação, que se dê à CBD poderá se constituir, no futuro, em subsídio para que o Campeonato Nacional seja modificado para melhor. Não estamos contra o Campeonato Nacional, em absoluto. Acreditamos que, realmente, é uma festa de integração nacional. Não estamos contra a participação do Coritiba no Campeonato, porque hoje é uma das maiores equipes de futebol para orgulho nosso, embora não seja coritibano. Mas, o que gostaríamos era de ver mais uma equipe do Paraná no Campeonato Nacional e além disso que o Ministro da Educação convoque a CBD e procure uma fórmula de amparo dos clubes que não participam do Campeonato Nacional nessa estagem, nos meses das vacas magras porque quando terminam os Campeonatos Regionais os clubes paralisam as suas atividades e não têm condições de sobrevivência. Se o Governo não encontrar uma fórmula para modificar o Campeonato Nacional, dando um quinhão de participação as outras equipes que paralisam suas atividades, que têm determinado porte técnico capaz de levar e atrair multidões aos estádios, será a ruína do futebol brasileiro.

Modestamente vamos oferecer uma sugestão ao Ministro da Educação nos seguintes termos: (16):

Senhor Presidente, Srs. Deputados,

“O futebol brasileiro entrou numa crise que ameaça a estrutura de todos os clubes que não participam do Campeonato Nacional, anteveendo-se pela des-

capitalização destes o fracasso dos campeonatos regionais já a partir de 1973. Em todos os Estados, as agremiações ausentes da grande disputa dissolvem seus plantéis, dispensando ou emprestando atletas, forçadas pela falta de recursos consequente da ausência de rendas.

O quadro danoso para todo o esporte inclui até os clubes que ora se beneficiam das rendas do Campeonato Nacional. A perspectiva para estes é encontrar adversários delibitados, desarticulados e de categoria muito inferior quando se iniciarem os campeonatos regionais, fazendo prever queda vertiginosa e progressiva nas rendas, na medida em que as torcidas irão perder o estímulo e abandonar os estádios.

Mesmo a Guanabara e São Paulo, os grandes centros que participam com maior número de clubes no Campeonato Nacional, não podem ser excluídos da situação. Clubes tradicionais como o Bangu, o Bonsucesso, o Olaria e outros de idêntica potencialidade estão delibitados cada vez mais, encarrando a iminência de desistirem do futebol profissional.

A situação é inevitável já, pelos prejuízos que irá ocasionar em 1973. Porém é tempo, ainda, para que se reformule o sistema do Campeonato Nacional do próximo ano evitando o agravamento e institucionalização do problema. Nesse sentido fazemos apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Professor Jarbas Passarinho, como responsável pela orientação da vida esportiva do País, para que seja sensível ao delatado dos clubes e cuja o reclamo aprensivo que exige prestígio também aos clubes menores.

Para contornar a distorção ora existente, parece imperativo que não se relegue à inatividade total dos clubes que, embora dotados de potencialidade e boas torcidas, foram por alguma razão aliçados da disputa do Campeonato Nacional. Uma sugestão concreta, que ora fazemos ao Excelentíssimo Senhor Ministro é no sentido de que determine a criação de um campeonato apêndice do Nacional — um nacionalzinho — cujas partidas fossem jogadas como preliminares, sendo participantes os clubes de expressão das Capitais com tradição de rendas, em número idêntico ao de participantes do respectivo Estado no Campeonato maior.

Vale dizer: todas as preliminares dos jogos do Nacional seriam disputadas por clubes capazes de levar suas torcidas aos estádios, aumentando as rendas globais e dela participando em um percentual a ser fixado.

Exemplificando, aqui no Paraná, e admitindo que, em 1973, nosso Estado participe com dois clubes do Campeonato Nacional, constata-se que todas as forças maiores do futebol na Capital poderiam estar em atividade. Temos aqui como clubes de plantéis dispendiosos quatro nomes: Coritiba, Atlético, Colorado e Pinheiros. Dois seriam convidados a participar do Nacional. Os outros dois integrariam o “nacionalzinho”, jogando nas preliminares e ajudando a lotar os estádios. Seria então a verdadeira integração do futebol brasileiro, porquanto nos demais Estados idêntica oportunidade se abriria para todos os clubes de expressão.

Prestando este requerimento, portanto, apelar, em nome da Assembléia Legislativa do Paraná, para que sua Excelência o Senhor Ministro da Educação e Cultura mande proceder um estudo que contorne a crise que vive o futebol brasileiro, formulando, ao mesmo tempo, uma sugestão inicial que parece viável e conveniente para a totalidade dos clubes.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 1972

(a) — Erondy Silvério.

Fica também o meu apelo, Srs. Deputados, para que se incorporem nessa campanha em favor do futebol paranaense, porque nós temos certeza de que nenhum prejuízo trará à Organização do Campeonato Nacional, o apêndice, que seria disputado nas preliminares, porque domingo provou-se a evidência dos fatos quando todas as torcidas, irmanadas, foram ao Belfort Duarte; tivemos uma arrecadação que dobrou a todas as já aqui ocorridas.

De modo que temos absoluta certeza, se se fizerem preliminares dos jogos principais a renda dobrará, o lucro virá e o brilhantismo dos campeonatos regionais não será empenado, pelo contrário, o futebol brasileiro poderá manter-se no lugar que realmente lhe pertence junto ao futebol mundial. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago aqui uma reivindicação de um dos Municípios da minha região, do Vale do Ivaí.

Quero fazer um apelo aos nobres Srs. Deputados, a fim de submeter à apreciação dos Senhores, uma sugestão que faço a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

Trata-se do Município de Borrazópolis, um Município que está no centro da região do Vale do Ivaí e que terá brevemente, próximo àquele município a primeira estrada asfaltada que entra na região, que é a de Mauá a Ivaiporã. Estou apresentando uma sugestão a S. Exa. o Sr. Governador do Estado no sentido que conste também o acesso aquela cidade de Borrazópolis. Borrazópolis está com 2.105 propriedades. Agora é que vem se desenvolvendo e encontra dificuldades no escoamento de sua produção. Naquela região do Vale do Ivaí que está no 479.655 habitantes, é uma necessidade para que assim possamos, em futuro bem próximo, pleitear também o asfalto para aquela região. (Lendo):

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, sugestão no sentido de que se inclua no plano de pavimentação da estrada Mauá - Ivaiporã, em vias de execução, o trecho que compreende a via de acesso à cidade de Borrazópolis.

Tal medida, Senhor Presidente, por se tratar de pavimentação de um curto trecho de estrada, justifica-se, pois com gastos relativamente pequenos se irá completar uma obra de grande significação para um dos mais progressivos Municípios de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1972.

(a) — Gilberto Carvalho.

Era só Sr. Presidente... (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme urulho distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/71, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues Júnior, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada com 26 km. que liga a cidade de Dois Vizinhos à Usina Foz do Chopim e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 260/71, de autoria do Dep. Domício Scaramella que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga São Mateus do Sul ao Rio Azul, passando por Porto Soares, no Rio Pottinga. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 279/71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Palmeirinha, no Município de Guarapuava ao Município de Palmitar, passando pelos Distritos de Cerro Verde, Campina Simão, Piquiri e Santa Maria. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/72, de autoria do Dep. Antonio Belinati, declara de Utilidade Pública a Junta Beneficente da Igreja Missionária (JUBIM), com sede na cidade de Londrina. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/72, de autoria do Dep. Erondy Silvério, declara de Utilidade Pública a Tenda Espírita Yoriel, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/72 de autoria do Dep. Maurício Fruct, declara de Utilidade Pública a Escola de Pais de Curitiba, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 113/72, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, declara de Utilidade Pública, a Guarda Mirim da cidade de Bela Vista do Paraíso. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/72 —, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 189/72 — aprova em todos os seus termos, o contrato n.º 1/72, firmado entre o Estado do Paraná a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERFEHU, e a Universidade Federal do Paraná, com finalidades que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 29/72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 190/72 — aprova convênio celebrado entre o Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, e o Governo do Estado — Secretaria de Segurança Pública, objetivando delegar ao Estado a execução parcial dos serviços de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira conforme Lei Federal n.º 4.483, de 16-11-64. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/71, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a elevar para Cr\$ 200.00 (duzentos cruzeiros) a pensão mensal concedida a Vicentina de Moraes Gomes. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/71, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, autoriza o Poder Executivo construir através do D.E.R., uma ponte sobre o Rio Tibagi ligando Tamarana a Terra Nova, nos Municípios de Londrina e São Jerônimo da Serra. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205/71, de autoria dos Deputados Lázaro Dumont e Ivo Tomazoni autoriza o Poder Executivo a firmar convênio através da Secretaria dos Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques, para construção de uma ponte sobre o rio Andradá conforme especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/72, de autoria do Dep. Arthur de Souza autoriza o Poder Executivo transferir de Godolina Godofim Schultz, para sua filha Carolina Schultz, a pensão mensal concedida pela Lei n.º 2.334 de 3-3-52 alterada pelas Leis n.ºs. 2.290 e 1912 de 18-5-54. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 316/70, de autoria do Dep. Olavo Ferreira, dá nova redação a Lei n.º 6.156 de 2 de outubro de 1970. — (Enquadramento de Professores no Curso Secundário). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 316/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — A Lei n.º 6156, de 2 de outubro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º — O art. 10 da Lei n.º 5.957, de 20 de junho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 — Os atuais Professores de Educação Física e Orientadores Educacionais em exercício específico dessas funções, portadores respectivamente de Curso Superior de Educação Física e diploma de Orientador Educacional, enquadrados atualmente no ensino primário ou médio, serão enquadrados mediante requerimento, os primeiros na classe de Professor Licenciado, nível “24”, e os seguintes na classe de Orientador Educacional, nível “23”.

Parágrafo único: O enquadramento de que trata este artigo, será estendido também, aos portadores de diploma de Licenciado em Pedagogia e Música, em exercício no curso primário ou médio, os quais serão enquadrados na classe de Professor Licenciado, nível “24”.

Art. 3.º — Os cargos isolados de provimento em Comissão, de Diretor da Diretoria de Administração, Diretor da Diretoria da Despesa Fixa e Diretor do Departamento Estadual de Estatística, do Quadro Único do Pessoal, da Secretaria de Estado dos Negócios do Governo, ficam elevados ao símbolo imediatamente superior da respectiva tabela de remuneração.

Art. 4.º — Aos integrantes da Série de Classes de Engenheiro, do Quadro Próprio de Pessoal do Departamento de Estradas de Rodagem, fica instituída uma gratificação mensal de produtividade, referente à administração e fiscalização de obras de serviços rodoviários, igual ao valor do vencimento fixo do respectivo cargo efetivo.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1970

a) — Deputado Olavo Ferreira.

JUSTIFICATIVA:

A Portaria ministerial n.º 478 de 24 de junho de 1954, do Sr. Ministro Antonio Balbino, da Educação, atribui, além das cadeiras pedagógicas Matemá-

tica, 1.º ciclo, História Geral e do Brasil, 1.º e 2.º Ciclos, e Filosofia, 2.º ciclo, para os licenciados em pedagogia.

Posteriormente a mesma Portaria foi modificada pela Portaria de n.º 341, de 1.º de dezembro de 1965, no seu parágrafo IX, que revoga as cadeiras de matemática, História Geral e do Brasil e Filosofia, atribuindo ao curso de Pedagogia apenas as cadeiras pedagógicas técnicas.

Considerando estes fatos, e mais:

- que o curso de pedagogia se destina à formação específica de professor primário;
- que os formados em pedagogia, ipso-facto, são, talhadamente, professor de ensino primário;
- que o curso de pedagogia, por ser superior, dá melhores condições de formação integral à criança que se inicia nas primeiras letras;
- que o próprio governo, reconhecendo a necessidade de melhorar o padrão didático e cultural em todas as escolas de nível primário e secundário, instituiu inúmeros cursos de pedagogia em todo o Estado, através das Faculdades de Filosofia;
- que o curso de pedagogia é um aprimoramento em nível superior do curso normal;
- que as estatísticas provam, que nas áreas de Faculdades de Pedagogia o ensino primário está sendo ocupado por professor formado em pedagogia;
- que esta lei aprovada, somente trará benefícios para a melhoria do ensino primário estimulando aos professores a procurarem sua especialização através dos cursos de pedagogia.

Os professores de música, atualmente, só têm habilitação legal para o exercício dessa profissão, quando diplomados pelo Curso de Formação de Professores de Educação Musical. Ora, este é um curso de graduação, de nível superior, em cinco anos, onde o candidato só ingressa depois de ter terminado o curso Secundário completo (ginásio e colégio). Assim sendo justifica-se plenamente que os professores de música como portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo Governo Federal, sejam classificados em nível condizente com os estudos que fizeram.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 316/70

AUTOR: Deputado Olavo Ferreira

SÚMULA: Dá nova redação à Lei n.º 6.156, de 2-10-70.

PARERECER E RELATÓRIO

A Proposição visa estender aos portadores de diploma de Licença em Pedagogia e Música os benefícios assegurados aos professores de educação física e orientadores educacionais, portadores, respectivamente de Curso Superior de Educação Física e Diploma de Orientador Profissional.

É aplicável ao caso o princípio de isonomia, consagrado na Constituição Federal.

Em conclusão, opinamos pela aprovação do projeto, visto que nenhum óbice existe ao mesmo, seja legal ou constitucional. Ao contrário, recomenda-se pelo seu cunho de constitucionalidade.

E o parecer.

Sala das Comissões em 11-10-72

aa) — Armando Queiroz — Presidentet
Muggiati Filho — Relator
Santos Lima
Ovídio Franzoni
Cândido M. de Oliveira
Erondy Silvério
Igo Losso

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Olavo Ferreira

SÚMULA: Dá nova redação à Lei n.º 6.156 de 2-10-70 (ENQUADRAMENTO DE PROFESSORES NO CURSO SECUNDÁRIO).

PARECER

O presente Projeto dada as condições em que se apresenta e a colocação do problema de equidade merece ser aprovado.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1972

aa) — Fuad Nacli — Presidente
Antonio Lopes Júnior — Relator
Maurício Fruct
Jorge Sato

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando abono de faltas, de acordo com o art. 10, inciso III. — Ao Sr. 1.º Secretário para os devidos fins.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se inclua no plano de pavimentação da estrada de Mauá - Ivaiporã o trecho que compreende a via de acesso à cidade de Borrazópolis. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da Tribuna solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro de Educação e Cultura no sentido de que mande proceder um estudo que contorne a crise em que vive o futebol brasileiro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 138/72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 167/72. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 198/72. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs. 28-72 e 29-72 e dos Projetos de Lei n.ºs. 74-71, 142-71, 205-71 e 109-72.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 316-70

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 58-72 e 163-72.

Levanta-se a Sessão.